



3646 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)  
GT02 - História da Educação

CAMINHOS HISTÓRICOS DO ENSINO PROFISSIONAL NO PARANÁ ? PROCESSO COMPENSÁRIO E DISCIPLINADOR  
Desire Luciane Dominschek - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas  
Agência e/ou Instituição Financiadora: UNICAMP

Este artigo apresenta dimensões da constituição do SENAI em nível nacional e, especificamente, do SENAI Paraná. A pesquisa parte de uma análise documental e bibliográfica para analisar questões sobre a formação profissional e as relações de trabalho educação que foram forjadas nas escolas SENAI. O trabalho e a educação foram determinados no Paraná, primeiro, pelos colonizadores, mais tarde pelo trabalho escravo e, conseqüentemente, pelos ciclos de produção, demonstrando que, mediante a diversidade de forças, sejam elas econômicas ou políticas, as lutas de classes estiveram presentes, pois o trabalhador é um indivíduo em constante modificação. Nosso trabalho percorre a trajetória histórica dos processos de industrialização e formação para o trabalho no estado do Paraná.

**Palavras Chave:** Instituição, SENAI, força de trabalho

## CAMINHOS HISTÓRICOS DO ENSINO PROFISSIONAL NO PARANÁ – PROCESSO COMPENSÁRIO E DISCIPLINADOR

O percurso histórico do ensino profissional no Paraná caracteriza muitas interpretações, desde o seu carácter político-compensatório e disciplinador até a qualificação do operário/trabalhador. Destacamos, conforme Sapelli (2008), que existe pouco registro sobre a história do ensino profissional no Paraná. A autora aponta que “apesar disso, com dados coletados” (p.61) pode-se perceber um dinamismo que permanece com as necessidades das relações de produção. Com a difusão da industrialização e da urbanização e a proeminência adquirida pela burguesia, o papel do Estado nas sociedades capitalistas cresceu como registra, Oliveira (2001). Como ocorreu na história da educação do Brasil, no Paraná a história do ensino profissional privilegiou por muito tempo a perspectiva assistencialista e de disciplina para a educação dos pobres.

Destacamos que em 1940, nas indústrias paranaenses havia 35.492 trabalhadores, o que se devia ao processo madeireiro e cafeeiro do Estado (IPARDES, 1993).

Picheli (1987), nos lembra que já no final do século XIX, no interior do trabalho fabril, as tarefas desempenhadas pelos operários foram racionalizadas com a introdução da organização dita científica, “a racionalidade taylorista e fordista, como método de disciplina sobre a força de trabalho, lançou mão de uma complexa organização pautada em objetivos gerenciais”(p.23), visando sempre aumentar a extração de mais valia: unidade de comando, hierarquia, divisão de funções, reciprocidade de obrigações, processo que avançou no decorrer do século XX.

O relatório departamental do SENAI de 1946, desta que as principais agências de Educação Profissional: as instituições do Sistema S, especialmente o SENAI, foram construídas a partir da ótica empresarial e foram mantidas como um sistema paralelo e, no período pós Estado Novo, tiveram grande expansão, particularmente na ascensão dos governos militares.

Na década de 1970, com a promulgação da Lei de nº. 5.692/71, temos a profissionalização compulsória para o ensino secundário, estabelecendo assim a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos. O ensino profissional brasileiro permaneceria como compulsório até 1996 (até a promulgação da LDB 1996). Podemos perceber a ressignificação do papel do Estado no Paraná com maior ênfase nos governos de Jaime Lerner (1995-2002) a partir de acordos feitos com o BID (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e a partir das diretrizes de 1991 que de acordo com Sapelli (2008), estimulam a minimização da oferta de qualificação profissional em instituições públicas e a transferência desta para o setor privado.

Segundo o Departamento Regional do SENAI-PR (2014), esta instituição é parte integrante da gênese e consolidação do parque industrial paranaense. Na visão dos empresários e industriais, sem o serviço de formação de mão de obra profissionalizante para as empresas a própria estabilidade do setor estaria em risco e os rumos seriam incertos. Para os industriais, “o SENAI está para a indústria da mesma forma que as raízes profundas de uma frondosa árvore a ajudam a render bons frutos constantes”.

O discurso imposto pela instituição de que esta já nasceu para o futuro e preparada para o fortalecimento econômico tem outras vias de interpretação e segundo, os anos do regime de Vargas, principalmente na ditadura do Estado Novo, permitiram que a burguesia industrial aperfeiçoasse sua “disciplina de classe”, os industriais elaboraram um projeto de industrialização e paz social patrocinado pelo Estado e usaram seu acesso ao poder estatal para impor esse projeto aos membros da própria classe que se mostravam relutantes.

Cunha (2005) destaca que a organização federativa teve muitas dificuldades, “quase todas da ambigüidade do SENAI, associação civil criada por decreto-lei e dirigida (em pequena parte) e fiscalizada pelo Estado, mas, dirigida (em grande parte) e mantida pelos industriais”

(p.49).O ensino industrial passou a assumir um papel relevante na formação de força de trabalho, principalmente no contexto da industrialização do país.

Então neste período tínhamos dois tipos de ensino industrial: um compreendia a aprendizagem sob o controle patronal, ligado ao SENAI; outro, sob a responsabilidade direta do Ministério da Educação e Saúde, constituía-se do Ensino industrial básico.

As escolas do SENAI, quando comparadas com as de ensino industrial das redes públicas, evidenciavam de modo patente a inferioridade destas. Houve ainda uma complementação da regulamentação do SENAI que contribuiu para o sucesso de seus cursos, o Decreto de nº 4.481 de 16 de julho de 1942, obrigava as empresas do ramo industrial a custear os cursos e manter em seus quadros 8% de menores aprendizes do total de operários. A prioridade era dada aos filhos de operários empregados nos estabelecimentos industriais, aos irmãos dos operários que atuavam nas indústrias e aos órfãos cujos pais estivessem vinculados ao ramo industrial.

A complexificação da maquinaria das manufaturas e das primeiras indústrias, exigiu que, de início, os operários qualificados fossem buscados no exterior, solução que segundo Cunha (2005), trazia alguns contratemplos, uma vez que os operários contratados não formavam seus substitutivos locais, deixando seu saber sobre a manipulação das máquinas individualizado o que aumentava a troca pelo valor do trabalho, outra questão era que esses operários traziam para cá práticas consideradas atentatórias á ordem estabelecida, visto os movimentos de paralização no interior das fábricas, para pressionar os patrões por salários melhores.

Assim para evitar esses “inconvenientes” começou a surgir “toda uma ideologia de valorização do trabalho “do elemento nacional”, cuja propalada inaptidão e inconstância já não era vista como natural” (CUNHA, 2005, p.06).

Era preciso valorizar a busca pela qualificação profissional, de maneira que o trabalhador sentisse dignidade por seu ofício e para que isso ocorresse, o ensino profissional teria de deixar de ser, nesta lógica, destinado aos pobres, órfãos, abandonados e delinquentes.

As pressões da época da guerra levaram o SENAI a estabelecer prioridades durante os seus primeiros anos de atividade para conseguir o máximo impacto no mercado de trabalho e este aspecto acabava por deixar de lado sua principal missão: a de formar jovens aprendizes para o trabalho especializado na indústria e voltando-se para a especialização rápida em programas de reciclagem para operários adultos, principalmente no setor metalúrgico. Esta situação demandava também uma organização pedagógica e administrativa e instalações rápidas para os cursos (WEINSTEIN, 2000).

Lembremos que os homens indicados para os postos mais elevados no SENAI eram figuras conhecidas no campo da formação profissional e de há muito tempo aliados dos industriais.

O primeiro Diretor nacional do SENAI, João Lüderitz, já era ligado à “educação profissional” desde 1906, quando fundou o Instituto Parobé do Rio Grande do Sul. Na década de 1920, ele dirigiu a inspeção de programas profissionais e supervisionou as reformas que lhe seguiram e na década de 1930, trabalhou como consultor do Ministério da Educação para assuntos de formação profissional e também responsável pelo projeto final do SENAI.

Outro homem importante na história da implantação do SENAI é Joaquim Faria Góes Filho, membro da Comissão Interministerial Original, produziu relatórios que refletiam de forma coerente os pontos de vista dos industriais, foi nomeado Diretor do SENAI do Rio de Janeiro, e também chegou a ser Diretor Nacional do SENAI por 13 anos a partir de 1948.

Já na direção do Departamento de São Paulo, esteve à frente Roberto Mange, o Estado mais industrializado precisava da experiência do antigo diretor do Centro Ferroviário, lembramos que foi o centro Ferroviário foi a base do primeiro modelo educacional do SENAI (figura 3), e em 1942 foi transformado em subdepartamento do SENAI-SP. Junto com Roberto Simonsen, Mange era considerado o precursor da concepção e organização pedagógica do SENAI. Verifica-se que o *staff* de organização dos departamentos do SENAI era sólido e articulado ao discurso dos empresários e industriais no que se refere ao ensino profissional.

A concepção de ensino do SENAI vem atrelado ao IDORT, entidade coordenava e incentiva a adoção de princípios da Organização Racional do Trabalho, em diversos setores da sociedade, colocando essa doutrina como uma alternativa para solucionar os problemas nos quais passavam o Brasil com o pós-crise de 1929 e o golpe de 1930. Roberto Mange a partir do IDORT introduziu oficialmente a psicotécnica, com o *status* de ciência. Percebe-se que o modelo SENAI de ensino tem uma organização que antecede sua fundação, por meio das atividades exercidas por Mange e seus colaboradores do Centro Ferroviário de Ensino e seleção Profissional (SENAI, 1992)

Batista (2016 p.235-236) demarca o papel estratégico e fundamental de Mange em desenvolver as experiências racionais na formação dos trabalhadores ao colocar que não se trata de qualquer intelectual, mas de uma liderança do movimento pela administração científica do trabalho “que tinha trânsito com diversos representantes da burguesia industrial brasileira e do pensamento educacional”. Concordamos com Zanardini (2006), que indica que é necessário ter a clareza de que não importa a denominação ou classificação da racionalidade “formal” ou material, contábil ou “sensível” (p.149), como também não importa para onde esteja sendo apontado o “erro de racionalidade”, o sentido dado à ação pelos homens ou grupos em um projeto social capitalista não é outro senão a produção/reprodução do capital, na busca dos fins econômicos, os aspectos que constituiriam a chamada racionalidade material submetem-se às orientações técnicas que caracterizam a racionalidade formal.

Segundo Weinstein (2000), o SENAI foi inovador em sua estrutura e em sua dualidade organizacional, pois era ao mesmo tempo público e privado, mas deparava-se com grande ceticismo entre os industriais. Mesmo com todo esse “ceticismo” pela parte dos industriais, a imagem do SENAI se fortaleceu, transformando os jovens menos capazes, em operários competentes, conquistando assim uma relativa confiança dos industriais.

Assim o SENAI colaborava com a proposta de desenvolvimento do país a partir das dimensões políticas/econômicas que se alinhavam no contexto brasileiro, mas precisamos ter claro que conforme afirma Ignácio (2009) se produzimos socialmente nossa existência nos marcos do modo de produção capitalista e se considerarmos a centralidade da categoria trabalho, são exatamente nessas relações sociais de produção – caracterizadas pela divisão e heterogestão – que encontramos o fundamento pedagógico do trabalho capitalista, cerne da organização do SENAI, o trabalhador realmente produz um saber sobre o seu trabalho na fábrica, só que, por este processo produtivo estar submetido aos interesses do capital, o conhecimento então produzido, é tão fragmentado quanto é dividido esse processo e “pensado” ou concebido ou gerido, em outro nível da pirâmide hierárquica.

O processo pedagógico instalado na fábrica, reproduz as relações de poder do capital sobre o trabalho educando o trabalhador para o trabalho dividido e heterogerido alienando-o não só do produto como também do conteúdo e das decisões sobre o trabalho. Oferecendo salários 20% acima dos que eram pagos pelas escolas públicas, o SENAI teve pouca dificuldade em atrair uma equipe docente para matérias convencionais como português e matemática. O recrutamento de instrutores para tarefas práticas, que deveriam fazer um exame de qualificação e ter pelo menos cinco anos de experiência na indústria com o respectivo tipo de especialização, revelou-se mais difícil.

## **Considerações Finais**

O Estado Novo foi capaz de perceber a necessidade do capital na formação da força de trabalho necessária à sua reprodução ampliada, antes mesmo dos próprios capitalistas. Estes por sua vez, incapazes de tomarem as iniciativas, chegaram a impor resistência aos encargos financeiros que lhes foram atribuídos.

As principais agências de educação profissional, as entidades do sistema S, especialmente o SENAI, construídas a partir das lógicas empresariais, não só foram mantidas como um sistema paralelo, mas também tiveram períodos de grande expansão, principalmente quando da ascensão dos militares ao poder. A dualidade estrutural do sistema de ensino profissional não o torna estranho ao modelo fordista de produção capitalista, assim as mudanças técnico-organizativas introduzidas com a adoção do padrão capitalista de acumulação flexível iriam gerar tensões e contradições entre o velho sistema educacional e as novas demandas e necessidades de educação para o trabalho.

Questões como a persistência/conservação da dualidade estrutural, o caráter seletivo e excludente do sistema educacional, o monopólio do setor empresarial no campo do ensino e da capacitação profissional, políticas de formação profissional exclusivamente, centradas nas necessidades do mercado de trabalho e desarticuladas de políticas de desenvolvimento, de geração de emprego e de distribuição de renda se tornariam os eixos centrais de discussão e enfrentamento, e o SENAI enquanto instituição formadora encampou este espaço.

## REFÊRENCIAS

BATISTA, Eraldo Leme. O Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, como instituição educacional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil. In: SANFELICE, Luís Sanfelice, JACOMELLI, Mara Regina Jacomelli et al. (Org.) **Histórias das Instituições escolares: teoria e prática.** – Bragança Paulista – SP: Margem da palavra, 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação.** ANPED, n.14, maio/ago., 2000, p. 89-107.

PICHELI, Valdir. **O IDORT enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil 1930-1944.** 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas: UNICAMP, 1997.

SAPPELLI, Marlene Lucia Siebert. **Ensino profissional no Paraná: aspectos históricos, legais e pedagógicos.** Guarapuava: Unicentro, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2ª Ed. Ver. Amp. – Campinas, SP : Autores e Associados , 2008.

SEGNINI, L. R. P. Taylorismo: Uma análise crítica. In: BRUNO, L. **Organização, trabalho e tecnologia.** São Paulo: Atlas, 1986.

WEINSTEIN, B. **(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)** São Paulo: Cortez, 2000